

Nada mudou

Fato raro na política nacional, o ministro do Planejamento vai para o BNDES e dá lugar ao seu secretário executivo, que passa a ser seu chefe. Mas tudo bem, o chefe de ambos é o mesmo Romero Jucá.

TCU 'hiperativo' incomoda governo e mercado

Para analistas, atuação em modelagem de editais é saudável, mas tribunal avança em competências do Executivo

Manoel Ventura e Geralda Doca

-Brasília- Após ter papel significativo no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o Tribunal de Contas da União (TCU) — por muito tempo visto praticamente como um tribunal de faz de conta — tem se mostrado cada vez mais forte na definição dos rumos de políticas do Executivo. O que antes era um movimento esporádico se tornou um hábito: ministérios, agências reguladoras e outros órgãos do governo Michel Temer consultam o órgão, formal ou informalmente, antes de tomar qualquer decisão importante. A atuação do TCU, embora reforce a fiscalização e iniba a corrupção, também provoca críticas de alguns especialistas e técnicos do governo: para eles, a corte avança nas competências de gestores públicos e agências reguladoras.

A equipe econômica procurou o tribunal, por exemplo, para encontrar uma forma, dentro da lei, de driblar a regra de ouro (princípio constitucional pelo qual o governo não pode se endividar para pagar despesas correntes, como folha de servidores). A regra representa uma dor de cabeça para resolver as contas públicas a partir de 2019.

Todo o planejamento para leilões no setor de infraestrutura, como nas concessões de rodovias ou nas licitações de petróleo, também passa pelas mãos do TCU. Técnicos do governo, ouvidos pelo GLOBO em condição de anonimato, e especialistas em infraestrutura elogiam a atuação do tribunal em modelagem prévia de editais. Mas criticam a postura do órgão ao avançar em análises e considerações de casos, antes tidos como atribuição exclusiva do Executivo.

TAREFAS QUE SERIAM DE AGÊNCIAS REGULADORAS

Um parecer da área técnica do tribunal, que será submetido aos ministros no plenário, por exemplo, pode inviabilizar o programa de concessões do governo federal na área de rodovias. O parecer trata da concessão da Rodovia de Integração do Rio Grande do Sul (RIS) e vai servir de base para as demais estradas incluídas no programa de concessões. Os técnicos do TCU exigem que o governo liste todas as obras necessárias ao longo do contrato, de 30 anos. Afirmam ainda que a estrada só pode ser licitada depois que a Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) for reestruturada e tiver condições de fiscalização. Sob o argumento de que a exigência reduzirá o número de concorrentes no leilão, eles também querem barrar a obrigação de aporte de capital para cada percentual a

mais de desconto na tarifa — a saída encontrada pelo governo para inibir lances aventureiros, com valores de pedágio que não se sustentam. O governo defende essas regras como um diferencial em relação a concessões passadas.

— O tribunal tem razão em várias coisas, mas, em outras, está fazendo exigências absurdas. Em vez de fiscalizar os editais, ver se os estudos são consistentes e estão dentro da legislação, estão querendo desenhar os modelos, tarefa que pertence ao Executivo — disse um técnico do governo envolvido nas discussões com o TCU.

"O TCU FINALMENTE ACORDOU", DIZ EX-MINISTRO

Para o advogado especializado em infraestrutura Fernando Vernalha, sócio do escritório VG&P, em muitos casos, o TCU tem substituído o papel das agências reguladoras e da administração pública, ao interferir nas concepções técnicas dos projetos.

— Muitas decisões são reservadas para o regulador, para o gestor, não para o controlador (o órgão de controle, como o TCU). O controlador às vezes não tem uma visão consequencialista dos seus atos. É evidente que essa postura prejudica a atração de investimentos — afirma.





Para o ex-ministro Adylson Motta, que presidiu o TCU entre 1999 e 2006, o órgão está cumprindo seu papel de forma mais eficiente. Em resposta às críticas à corte, ele disse que ninguém gosta de ser fiscalizado, mas que isso é necessário para inibir a corrupção.

— Onde há obra e dinheiro, há pelo menos uma tentativa de corrupção porque a fiscalização não é severa como deveria — afirmou Motta, admitindo, no entanto, algum excesso na atuação do Tribunal: — Pode haver injustiça e algum exagero, mas no geral acho que o TCU está exercendo bem a sua missão e finalmente acordou.

O ex-ministro contou que enfrentou muita dificuldade para fiscalizar empresas como Petrobras e Correios. O resultado, destacou, apareceu mais tarde, com aparelhamento e desvios de recursos. Ele disse que o órgão tem "vícios" e, sem citar nomes, falou na composição do plenário por ministros ligados a partidos políticos e interesses privados.

Para Fernando Villela, sócio da área de infraestrutura do escritório Siqueira Castro, o compartilhamento prévio de minutas de editais e contratos dá mais segurança jurídica às ações do governo, porque evita que esses atos sejam questionados no futuro. Ele critica, no entanto, decisões tomadas nas vésperas de leilões. Foi o que ocorreu no fim de março, quando o TCU retirou dois dos mais importantes blocos de um leilão de petróleo na véspera da

licitação. O governo teve de pedir desculpas aos investidores, readequar os parâmetros do certame e, agora, vai leiloar os blocos como exige o tribunal.

— A gente está vivendo a era do controle pelo medo. O TCU, quando toma decisões, tem o poder legal de punir os gestores públicos na condição de pessoas físicas. O gestor público acaba ficando acuado — diz Villela.

Outro caso criticado pelo governo é o do aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte. Com o discurso de estimular a concorrência, o governo decidiu reabrir o terminal para voos de longa distância. O TCU, porém, acatou pedido do senador mineiro Antonio Anastasia (PSDB) e suspendeu a portaria que liberava as operações. No processo, o senador alegou prejuízo para o concessionário de Confins, na região metropolitana da capital mineira. O TCU se antecipou à decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que já foi acionado pelo grupo CCR, o operador de Confins. A decisão foi criticada dentro e fora do governo.

— Foi uma forte interferência do Tribunal nas funções do Executivo, que é o poder concedente. Quem perde com isso é o consumidor — disse um técnico, que não quis se identificar.

"O ÓRGÃO MAIS IMPREVISÍVEL DO BRASIL"

Em outra ofensiva, o TCU abriu

processo contra o empréstimo do FGTS à Caixa Econômica Federal, embora os conselheiros do Fundo defendam a operação para evitar paralisa dos recursos e redução dos financiamentos para compra da casa própria.

— O TCU se tornou o órgão mais imprevisível do Brasil, o que causa uma grande insegurança no ambiente de negócios. O TCU é uma corte de correção de procedimentos. Essa deveria ser o mote da sua atuação, e não gestão e regulação da política pública — disse Thiago Sombra, sócio do escritório Mattos Filho.

O economista Gesner de Oliveira, da GO Associados, observou que o TCU montou na última década um time de técnicos qualificados, o que é muito positivo, mas criticou o hiperativismo do órgão.

— Tem havido excesso e, como os gestores temem sofrer processos, a gente percebe uma certa paralisação no setor público — destacou Gesner.

Gesner defendeu ainda a necessidade de dar um "salto de qualidade na governança e na qualidade das agências reguladoras". De alguma forma, o TCU está assumindo uma tarefa própria das agências reguladoras, disse Gesner.

Procurado pelo GLOBO, o TCU não indicou um porta-voz para dar entrevista.

Temer solta freio dos gastos e joga peso do déficit para sucessor

Presidente busca apoio político para tentar viabilizar candidato que represente seu governo

Considerando o que vai sair a mais e o que não vai entrar no caixa público como um todo, quantia supera R\$ 50 bi

**JULIO WIZIACK e
MARIANA CARNEIRO - DE
BRASÍLIA**

Michel Temer soltou o freio dos gastos e das concessões financeiras para aliados.

No momento em que busca apoio político para tentar viabilizar um candidato que represente seu governo, o presidente tem atuado em várias frentes: fecha os olhos para medidas que elevam despesas, não avança no Congresso com projetos que melhorariam a arrecadação e ainda age pela retomada de empréstimos suspensos da Caixa, o que levará à ampliação de despesas de estados e municípios já endividados.

O governo também afrouxou a defesa de medidas do pacote de ajuste fiscal, o que já criou controvérsias com a equipe econômica. Considerando o que vai sair a mais e o que não vai entrar no caixa público como um todo, as manobras envolvem mais de R\$ 50 bilhões.

Pelo lado da União, haverá aumento de despesa da ordem de R\$ 5,1 bilhões com o reajuste para servidores e de outros R\$ 725 milhões em verbas a funcionários públicos que hoje fazem estourar o teto remuneratório. Temer tentava adiar o reajuste para janeiro de 2019 e impor o cumprimento do teto neste ano.

Pelo lado da receita, o pacote de ajuste fiscal, apresentado pela área econômica no fim de 2017, não saiu do papel.

O governo deixou expirar o prazo de validade da medida provisória que tributaria os fundos de investimentos individuais exclusivos,

o que teria impacto positivo de R\$ 6 bilhões na arrecadação de 2019.

Além disso, deixou em ponto morto a reoneração da folha de pagamento na Câmara. O projeto foi desidratado pelo relator Orlando Silva (PC-do B-SP), e a economia prevista de R\$ 8,9 bilhões já sofreu corte de pelo menos 30% só com o atraso no cronograma.

A resistência do funcionalismo público também sepultou o reajuste da contribuição previdenciária de 11% para 14%, além da reestruturação das carreiras que previa um salário inicial menor para servidores federais do Executivo, de R\$ 5.000 (leia ao lado).

Numa outra frente, Temer tenta preservar influência sobre bancos públicos. Intercedeu na AGU (Advocacia-Geral da União) por solução jurídica para a retomada de mais de mil operações suspensas. Os empréstimos seriam garantidos com recursos dos fundos de participação de estados (FPE) e de municípios





(FPM), abastecidos com dinheiro da arrecadação.

As medidas foram alvo de questionamentos do Ministério Público no TCU (Tribunal de Contas da União) e expuseram uma disputa interna entre a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, que comanda o conselho da Caixa, e o então presidente do banco, Gilberto Occhi, que é do PP, partido da base de Temer.

A manobra garantiria a liberação de R\$ 20 bilhões em empréstimos reivindicados por governadores e prefeitos.

DESAVENÇAS

Houve também flexibilizações na negociação de dívidas, que ajudariam a melhorar a receita. Pressões políticas fizeram o governo aumentar benefícios a contribuintes pelo Refis e Funrural, programas que preveem o refinanciamento de dívidas tributárias e o parcelamento de pendências com a Previdência de

ruralistas, respectivamente.

Nas discussões internas, o secretário da Receita, Jorge Rachid, manifestou contrariedade com a perda de arrecadação no Congresso na última semana. Em acordo com os congressistas, Temer acertou a derrubada do veto ao Refis das micro e pequenas empresas e a parte do Funrural.

No segundo caso, parlamentares ampliaram a perda de receitas para R\$ 10 bilhões somente neste ano. No caso do Refis das micro e pequenas, a previsão é de perdas de R\$ 7,5 bilhões a partir de 2019.

Programas de parcelamento de dívidas tributárias foram lançados por Temer no ano passado e ajudam no cumprimento das metas de 2018.

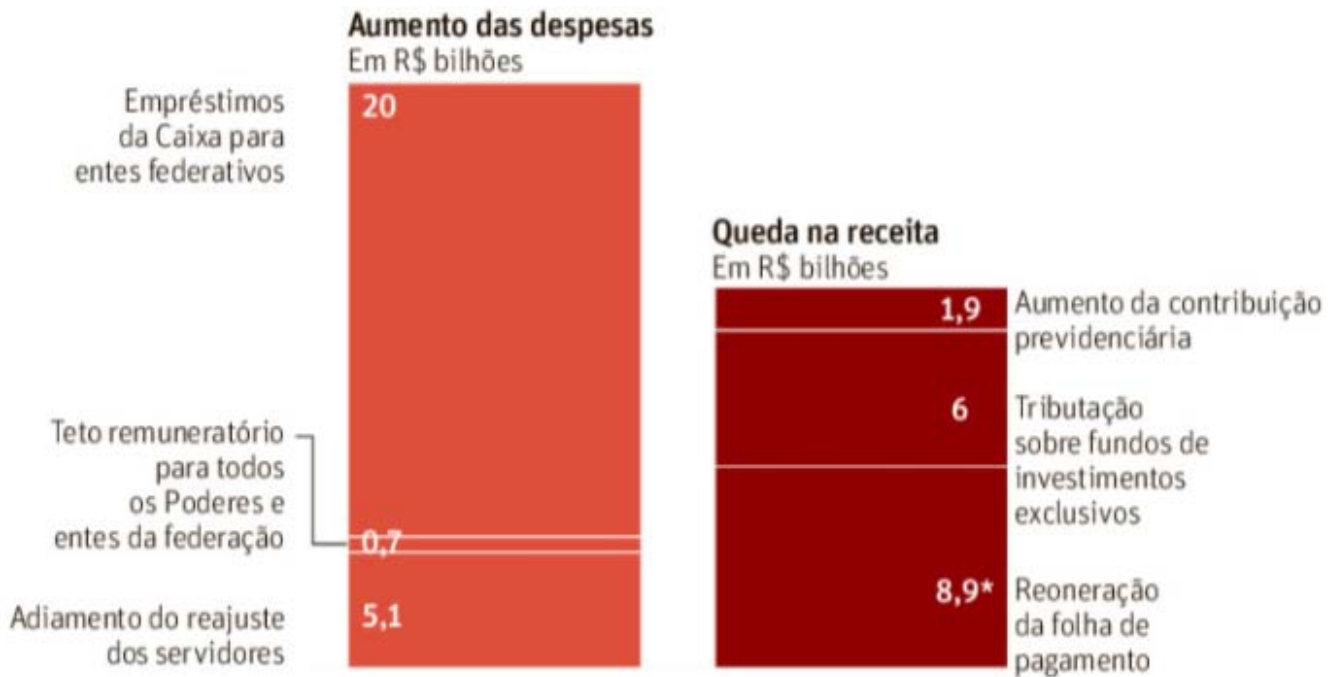
Para 2019, porém, a situação é mais apertada. Pessoas envolvidas na elaboração do Orçamento dizem que, no ritmo de perdas de receitas, ficará difícil baixar a previsão de déficit de R\$ 139 bilhões





FREIO SOLTO

Temer cede a medidas de ajuste fiscal que custarão mais de R\$ 50 bilhões



 R\$ 52,5 bi

É quanto o governo deixará de arrecadar durante a vigência de três programas de parcelamentos de dívidas tributárias: Refis, Funrural e o Refis das micro e pequenas desde 2017 até 2032

*Atraso já reduziu, em pelo menos 30%, a arrecadação prevista. Fonte: Ministérios do Planejamento e da Fazenda

- ↳ R\$ 10 bilhões sairão do programa destinado aos ruralistas somente neste ano
- ↳ R\$ 7,5 bilhões das micro e pequenas empresas

Governo separa R\$ 1,5 bi para honrar calote da Venezuela

DE BRASÍLIA- O governo já separou a verba necessária para honrar um calote de US\$ 433 milhões (cerca de R\$ 1,5 bilhão) em dívidas da Venezuela neste ano. O valor é parte dos R\$ 5 bilhões devidos pelo país ao Brasil por obras de construtoras envolvidas na Lava Jato, como Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez.

Uma parcela de US\$ 275 milhões (R\$ 935 milhões) venceu em janeiro e tem de ser paga até o dia 8 de maio. Porém, o governo brasileiro já se preparou para o calote. E não apenas dessa parcela mas também de outras duas que vencerão em maio e em setembro e que somam US\$ 158 milhões (R\$ 536 milhões).

O Ministério do Planejamento enviou à Casa Civil, na semana passada, um pedido de suplementação orçamentária no valor de R\$ 1,5 bilhão para despesas previstas com o FGE (Fundo Garantidor de Exportações) neste ano.

A Folha apurou que autoridades

venezuelanas indicaram informalmente que não pretendem honrar o pagamento. Se isso ocorrer, o país será classificado como inadimplente, o que fará com que o BNDES e bancos privados acionem o FGE.

A indenização da parcela de janeiro teria de ser paga em junho, e as duas seguintes, em outubro e em fevereiro de 2019. Se o calote se confirmar, o governo pagará valores devidos ao BNDES e a bancos privados por financiar exportações brasileiras ao vizinho, principalmente obras da Odebrecht no metrô de Caracas e de Los Teques.

Em última instância os contratos são firmados entre os dois países. Por isso, o Tesouro, por meio do FGE, é o fiador.

Em janeiro, a Venezuela pagou no último momento a parcela de US\$ 262,5 milhões (R\$ 850 milhões) vencida em setembro e, com isso, evitou a formalização do calote. O pagamento, porém, ocorreu por meio da transferência de valores que a Venezuela tinha no FMI (Fundo

Monetário Internacional) para o Brasil, recurso que se esgotou.

As empreiteiras expandiram a presença na América Latina e na África durante os governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Para tanto, receberam a ajuda do BNDES.

Hoje, a Justiça investiga se o crédito do banco estatal foi concedido em troca de propina, como relataram executivos da Odebrecht em delações premiadas. Desde então, não foram liberados novos empréstimos às construtoras para a exportação de serviços.

Outro país que deixou de pagar ao Brasil por obras no exterior é Moçambique, em dezembro.

O total da dívida do país africano com o BNDES é de US\$ 483 milhões (R\$ 1,6 bilhão), por empreendimentos como o aeroporto de Nacala. Todas as operações foram garantidas pelo fundo. (LA e mc)

Desafio da nova equipe é cortar gastos

Tarefa deve provocar um embate entre as alas econômica e política do governo e ter desdobramentos importantes em um ano eleitoral

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli/Brasília

Com o governo sem força para dar continuidade à agenda de ajuste fiscal no Congresso, a equipe econômica que assume esta semana terá o desafio de fechar os cofres do Tesouro. Uma medida que deve ser especialmente sentida em ano eleitoral e diante da pretensão do presidente Michel Temer de se reeleger. A tarefa deve resultar em um embate maior entre as alas econômica e política do governo.

Os dois lados já incorporam vitórias e derrotas. O staff econômico perdeu um dos coordenadores do processo de privatização da Eletrobrás, o secretário executivo do Ministério das Minas e Energia, Paulo Pedrosa, preterido para a titularidade da pasta. A ala política tentou, sem sucesso, barrar a escolha de Eduardo Guardia para substituir Henrique Meirelles no Ministério da Fazenda.

De perfil técnico e discreto, Guardia é conhecido por ser duro nas negociações com o Congresso

e por ter batido de frente com os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral). Mas agora foi aconselhado a adotar um tom mais conciliador se não quiser virar alvo de friturajá na largada de sua gestão.

Apelidado de "Sr. Não", terá de passar a dizer ao menos "talvez" para as demandas do Congresso, segundo fontes da área econômica. O líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), lembrou que não há "imposição" e que Guardia precisará ter sensibilidade e compreensão para negociar.

Apesar de ser a indicação de Meirelles, Guardia não era consenso no meio político. Mesmo após sua confirmação no comando da Fazenda, o clima é de insegurança em relação ao compromisso do governo com a atual política econômica. Caso haja sinal de mudança nessa orientação, o mais provável é que haja um desmonte de toda a equipe. O sentimento é de derrota diante das fissuras deixadas pelas recentes mudanças.

A reforma ministerial provocou mais baixas do que o previsto no roteiro inicial. Com a escalação de Dyogo Oliveira para a presidência do BNDES, o comando do Ministério do Planejamento também foi transferido para um técnico, Esteves

Colnago, que recebeu apoio do líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR).

Mas a maior ruptura deve ocorrer no Ministério de Minas e Energia, que pode ser assumido por Moreira Franco. Com o nome do emedebista liderando a disputa da cadeira, o secretário executivo da pasta, Paulo Pedrosa, entregou sua carta de demissão. Ainda há dúvidas sobre a permanência do presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr. Os dois estavam à frente do processo de privatização da estatal e veem risco de o projeto de venda da companhia ser sabotado pelas lideranças do MDB no Norte, Nordeste e em Minas Gerais.

Reação. Com a possibilidade crescente de frustração na privatização da Eletrobrás e também a aprovação de medidas pelo Congresso que significaram renúncia de receitas, a área econômica já avisou que haverá reação. Qualquer perda de arrecadação obrigará a uma nova revisão do Orçamento deste ano e mais bloqueio de recursos.

Guardia e Colnago ainda terão de sair da retaguarda das negociações reservadas de gabinete para fechar a proposta de Orçamento para 2019 e resolver o impasse em torno do cumprimento da "regra de ouro", que impede a emissão de dívida para o





pagamento de despesas correntes. O rombo na regra para o ano que vem está próximo de R\$ 200 bilhões.

A elaboração e negociação do Orçamento do ano que vem será o maior desafio dos dois técnicos porque o nível de despesas discricionárias, que o governo pode cortar, ficará em torno de R\$ 100 bilhões, valor considerado baixo e que praticamente inviabiliza o funcionamento da máquina pública. Esse é o patamar que o governo vai poder gastar em custeio e investimento respeitando o teto de gastos.

O economista Gabriel Leal de Barros, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, diz que há risco real de o nível de compressão das despesas discricionárias dificultar o cumprimento do teto de gastos em 2019.

PEQUENOS GRANDES GASTOS »

R\$ 55,3 milhões são torrados com cafezinho

Despesa da administração pública federal com a bebida equivale a 733 casas populares, que poderiam beneficiar mais de 1,5 mil pessoas. Para especialistas, falta de controle com itens que parecem irrelevantes mostra o descaso generalizado com o dinheiro do contribuinte

HAMILTON FERRARI
ESPECIAL PARA O CORREIO

Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público e da Defensoria Pública da União (DPU), gastam, pelo menos, R\$ 55,3 milhões por ano com café e com o serviço de copeiragem nos órgãos públicos.

Pode parecer pouco diante do déficit público de 12 dígitos do governo federal. Mas em lugar nenhum do mundo é uma quantia insignificante. De acordo com especialistas, há um forte efeito simbólico na cifra, pois é muito dinheiro para algo que não traz benefícios diretos à população. E está longe de ser o único item supérfluo e caro. Por isso, o Correio dá início a uma série de reportagens sobre pequenos custos que fazem falta para a melhoria dos serviços públicos.

Com dados da ONG Contas Abertas, foi possível identificar

gastos de, ao menos, R\$ 20,7 milhões só com a compra dos grãos do café. A totalidade das despesas com o produto não foi encontrada, porque muitos pedidos dos órgãos vinham acompanhado de outras mercadorias, como chás, galões de água, impossibilitando a separação das despesas. O custo com cafezinho, portanto, pode ser muito maior.

Nesse montante de R\$ 20,7 milhões, estão incluídos, além dos órgãos do governo federal, a Advocacia-Geral da União (AGU), as Forças Armadas, os conselhos nacionais de Justiça e do Ministério Público, a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União (TCU) e as Justiças do Trabalho, Federal, Militar e Eleitoral.

O Correio também fez uma estimativa de quanto foi gasto com o serviço de copeiragem nos ministérios em 2017. Com base em dados das licitações das pastas da Educação (MEC), das Cidades e dos Direitos Humanos, a Esplanada teve despesa de quase R\$ 29 milhões com esse item. O MEC comunicou, em nota, que reduziu em 30% o contrato de copeiragem no ano passado. “Atualmente, o valor é de R\$ 1,1 milhão, enquanto o de 2017 foi de R\$ 1,7 milhão”, informa. O serviço envolve contratação de pessoal, como copeira, cozinheiro, carregador, garçom e outros, além

de vestuário para os profissionais.

Estendendo o cafezinho para o Legislativo, a Câmara dos Deputados tem um contrato de R\$ 663,48 mil por ano para custeio apenas da bebida. A assessoria de imprensa da Casa justifica que há cerca de 18,2 mil funcionários trabalhando no local, 171 estagiários, 480 jovens do programa Pró-adolescente e os 513 deputados. “O total de pessoas que circulam na Casa varia de acordo com a agenda legislativa e com o tema das propostas em discussão, podendo chegar a 26 mil, nas terças e quartas-feiras, se o Plenário votar matérias mais polêmicas”, informa. Já no Senado, o gasto é de R\$ 530 mil para a compra do café e de materiais de apoio, como garrafas térmicas e colheres.

No Judiciário, o gasto também é substancial, principalmente nas despesas com copeiragem. O Supremo Tribunal Federal (STF) gastou R\$ 60,8 mil com a compra do produto e de R\$ 4 milhões para o pagamento do serviço de copeiragem. De acordo com a Corte, há 2.317 mil servidores e terceirizados trabalhando no local.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), a assessoria de imprensa destaca que o órgão reduziu os gastos que envolvem o cafezinho no ano passado. O consumo anual caiu 15,3%, entre 2016 e 2017. “Sendo





assim, o tribunal reduziu a quantidade comprada no período, de 39.174 kg para 33.167 kg, resultando em uma economia de cerca de 10% para os cofres públicos”, destaca.

A despesa saiu de R\$ 192,8 mil, em 2016, para R\$ 172,1 mil no ano passado. Segundo a assessoria, o desperdício passou de 20 litros de café para dois litros. “Atualmente, o STJ conta com 5.117 colaboradores, entre servidores, terceirizados e estagiários. Dentro desse contingente, há 38 garçons”, informa.

Pequeno significativo

Para um país que teve deficit fiscal de R\$ 124 bilhões em 2017, R\$ 55 bilhões não resolveriam o problema. Mas especialistas explicam que, mesmo não sendo uma cifra considerada “importante”, não quer dizer que não há necessidade de controle por parte dos gestores.

José Matias-Pereira, professor de finanças públicas da Universidade de Brasília (UnB), explica que a administração pública tem inúmeros gastos que “passam de maneira despercebida” e que, eventualmente, ficam camuflados dentro do Orçamento. De acordo com ele, mesmo que o volume de recursos seja pequeno nas, a soma de gastos “infimos” vira “uma grande despesa”.

“Nós ainda temos um longo caminho para avançar no controle

das despesas do setor público. Seria interessante um sistema centralizado de controle para fazer compras mais inteligentes. É uma forma de investir em processo de modernização para evitar desperdícios”, afirma Matias-Pereira. “Quando se compra em excesso, uma parte, certamente, vai se deteriorar, estragar. São questões que podem ser melhoradas. O grande problema é a má gestão”, completa.

O economista Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas, considera que R\$ 55,3 milhões não é um valor desprezível. “Não há despesa pequena que resolva o deficit de R\$ 159 bilhões esperado para este ano. Pode acabar com os gastos com o cafezinho, que não fazem nem cócegas no rombo fiscal”, diz. “Mas é importante ter essa percepção do que é gasto e quais são as prioridades do governo. O Ministério do Planejamento tem diminuído alguns desses custos, como diárias de servidores, passagens aéreas, gastos com transportes. Mas é preciso ter um empenho ainda maior de toda a Esplanada”, completa o especialista. A pasta não respondeu os questionamentos do Correio.

Diagnóstico fiscal

Para comparar, R\$ 55,3 milhões equivalem a 733 unidades do programa Minha Casa, Minha Vida, que poderiam beneficiar mais de 1,5

mil pessoas. Além disso, o valor equivale a 57 mil vezes o salário mínimo e 124 mil cestas básicas. Recentemente, o Ministério da Educação anunciou investimento semelhante para um novo câmpus de Tecnologias Avançadas da Universidade Federal de Pernambuco.

O economista Alex Agostini, analista da Austin Rating, destaca que esses dados demonstram como o desperdício de dinheiro público na administração federal é generalizado. “Se só o gasto do cafezinho atinge essa cifra, imagina benefícios que existem no Congresso Nacional, no Judiciário. A moral fiscal está longe de chegar aos Três Poderes”, alega. “E, com isso, faltam recursos para áreas importantes, como saúde, educação e segurança, está última passando por um problema enorme no Rio de Janeiro”, completa.

Agostini defende que a discussão, antes de chegar ao cafezinho, deve passar pelos fatos que realmente oneram os cofres públicos. “É preciso fazer uma lista do que mais pesa nas contas e, então, implementar um ajuste conforme o que foi diagnosticado”, diz. “É preciso rever benefícios, como ajuda de custo para moradia a parlamentares e a juízes, que é resultado do corporativismo que existe no país. É claro que vamos chegar até o cafezinho, mas é preciso, primeiro, criar a moral fiscal”, acrescenta.





Um café e a conta!

União tem despesa milionária para garantir o cafezinho no serviço público

Fatura

● A administração pública federal gastou, pelo menos, **R\$ 55,3 milhões**, em 2017, com o cafezinho servido a funcionários e visitantes

Em volta da mesa

● A despesa engloba a compra de café e itens auxiliares, como copos descartáveis, cafeteiras e açúcar. Também foram contabilizados gastos com serviços de copeiragem nos órgãos públicos

Falta de precisão

● Alguns gastos com café não foram contabilizados, porque foram solicitados com outros itens, como galões de água e gás de cozinha. Portanto, a despesa com o produto deve ser ainda mais expressiva.

Gastos com cafezinho na administração pública federal em 2017

Órgão	Despesa (em R\$ mil)
Justiça Eleitoral	868,7
Justiça do Trabalho	878,3
Justiça Federal	1.136
Justiça Militar	83,4
Ministério da Educação	3.631
Ministério da Saúde	943
Ministério da Fazenda	2.325
Ministério do Planejamento	1.208
Presidência da República	98,3
TCU	46,9
Ministério Público	85,2

Confira os gastos detalhados de alguns órgãos:

Câmara dos Deputados

● Para 2018, a Câmara Federal contratou um serviço de fornecimento de café por um valor estimado de **R\$ 663,4 mil**. Além dos 513 deputados, a Casa também recebe servidores, estagiários e visitantes. O número de pessoas pode chegar a 26 mil nas terças e quartas-feiras, quando o plenário vota matérias mais polêmicas.

Supremo Tribunal Federal (STF)

● O tribunal gastou **R\$ 60,8 mil** com cafezinho em 2017. Com 2.317 servidores e terceirizados, a despesa com o produto foi de **R\$ 26,24** por pessoa que trabalha na Corte. O serviço de copeiragem no tribunal custou **R\$ 4 milhões** em 2017

Supremo Tribunal de Justiça (STJ)

● O STJ informou que, mediante uma campanha contra o desperdício, reduziu em 15,3% o gasto com café no ano passado, em comparação com 2016. A despesa anual recuou de **R\$ 192,8 mil** para **R\$ 172,1 mil**. As perdas atingiram dois litros em 2017, frente a 20 litros no ano anterior.

Fontes: Contas Abertas, STF, Câmara dos Deputados, STJ e Ministério do Planejamento

